

Empresários admitem que indexação comece pelo lado do capital

por Getúlio Bittencourt
de São Paulo

O confronto real entre o chefe do Gabinete Civil, professor João Leitão de Abreu, e a equipe econômica dirigida pelo ministro do Planejamento, Antônio Delfim Netto, foi quanto à natureza da desindexação e não quanto à sua implantação, que parece inevitável atualmente. O ministro Leitão ganhou ao provar que se trata de um problema político, que precisa ser amplamente negociado, e não de um problema econômico, que se resolveria com um simples pacote.

Pelo próprio estilo das hipóteses de desindexação que vão surgindo se verifica que o professor Leitão estava no caminho correto. Algumas floresceram, por exemplo, num clube informal de presidentes de grandes empresas multinacionais e nacionais, que se reúne uma vez por mês, alternadamente no Rio de Janeiro e em São Paulo, para analisar um tema atual.

Na semana passada o encontro foi num restaurante da capital fluminense e juntou, entre outros, o presidente dos Estaleiros Mauá, Paulo Ferraz; do Bradesco, Lázaro de Mello Brandão; da Varig, Hélio Smidt; da Shell, Abel Caparelli; da Mesbla, André Debouton; das Refinações de Milho Brasil, André Miguel Osseir; da Alcoa, Alain Belda; da Alpargatas, Keith Bush; da Cica, Rodolfo Bonfiglioli; Carlos Antich, da Sanbra; e da Souza Cruz, Alan Long, acompanhando seu sucessor, Ken Summer.

A idéia de uma desindexação gradual não encontrou resistência entre eles, segundo relataram a este jornal na sexta-feira passada dois dos participantes do encontro, e há mesmo quem admita que a desindexação possa começar pelo lado do capital, para depois chegar aos salários. E, nos salários, imagina-se que seria possível minimizar as perdas dos trabalhadores que ganham menos.



Keith Bush

"Como opinião pessoal", disse a este jornal Keith Bush, "eu esperava um regulador no INPC para compensar os cortes no subsídio da agricultura. Mas o Delfim disse que primeiro se analisará o impacto das medidas atuais para depois se pensar na desindexação. Também acho que seria necessário desvincular a correção monetária da cambial".

A primeira reação da cúpula do PDS, que não desejava o expurgo nos índices do INPC, foi de cautela: "Os empresários estão nos acusando pela ausência da desindexação no pacote", queixou-se a este jornal o líder do PDS na Câmara dos Deputados, Nelson Marchezan. Mas o mais provável é que a eletrificação dos primeiros momentos seja resolvida através de debates que concluam numa fórmula viável de desindexar a economia nacional.

"Sem enfrentar a Resolução 802, que vincula a correção cambial com a monetária e com o índice do INPC, não se estará cuidando do aspecto estrutural da inflação brasileira", adverte o presidente do Banco Itaú, Olavo Setúbal. No momento, parece haver menos resistência a uma desindexação também pelo lado do capital, entre os empresários, que uma desindexação só contra os salários, entre os políticos.